

LOUCURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO DE VALORES E SUAS POTENCIALIDADES

Evelyn Sayeg PUC-SP

evsayeg@gmail.com

CNPq

Núcleo de Pesquisa de Trabalho e Ação Social

Historicamente a relação trabalho-loucura, de acordo com o pensamento de Andrade et al (2013), foi atravessada pelas instituições filantrópicas que a partir do trabalho visavam a manutenção da ordem social e econômica, mais tarde com a inserção da medicina no cuidado com os loucos, além de transformar a loucura em uma doença passível de cura o asilamento tinha função disciplinadora no tratamento moral do louco.

Após a chegada da família real portuguesa no Brasil muitas mudanças socioeconômicas começaram a ocorrer com objetivo de cuidar da ordem e do crescimento das cidades e da população, então se foi necessário implementar medidas de controle. Aqueles que perturbavam a ordem social eram recolhidos das ruas e asilados. No entanto, o primeiro hospital psiquiátrico brasileiro foi criado somente em 1852, oferecendo o fenômeno loucura como objeto de estudo da medicina. (SILVEIRA, BRAGA, 2005)

A Reforma Sanitária, na década de 1970, iniciou a discussão sobre a concepção de saúde/doença, trazendo a problemática da mercantilização desse processo imposta pelo sistema político, econômico e social perverso e capitalista. (SILVEIRA, BRAGA, 2005) Junto a esse espaço aberto para repensar a forma como era tratada a saúde no Brasil surge o movimento social de trabalhadores da saúde mental, apoiados por familiares e pacientes com histórias de longas internações, com a proposta de denunciar os maus tratos e do poder imposto pelos manicômios privados, com uma proposta de reforma da rede de atenção psiquiátrica, mais tarde essa organização política se caracterizaria como Movimento da Luta Antimanicomial. (ANDRADE et al, 2013)

A Reforma Psiquiátrica tem quatro alicerces, segundo Luchmann e Rodrigues (2006), o epistemológico que garante a inovação dentro do refletir sobre a atuação e conceber uma teoria para a prática; a técnico-assistencial que pensa o cuidado com a saúde mental; a jurídico-política que garante os direitos; a dimensão sociocultural que busca a transformação da concepção e do estereótipo loucura/louco. Ou seja, o enfoque da Reforma Psiquiátrica é em mudar a compreensão social de loucura, bem como a relação que a sociedade estabelece com o louco. O movimento social travado pela Luta Antimanicomial e pela Reforma Psiquiátrica se empenham na transformação do projeto terapêutico hospitalocêntrico em uma organização contra hegemônica que projete a

desinstitucionalização e a não exclusão social do louco. Busca-se o desenvolvimento de projetos que visem outras culturas, lugares sociais, em que haja tolerância partindo de marcos éticos e solidários. (SILVA et al, 2002)

O ano de 2001 foi marcado pela aprovação da lei 10.216¹ que promove um cenário de cuidado às pessoas portadoras de sofrimento psíquico em uma rede substitutiva ao modelo manicomial utilizando o tratamento de atenção psicossocial protegendo os direitos humanos e a liberdade, já que junto à rede acompanha-se a fiscalização sobre a redução de leitos psiquiátricos. Essa dimensão política e ideológica permite a transformação do estigma de que o louco é incapaz de administrar sua vida e, portanto de trabalhar. Podemos compreender que a dificuldade da loucura em se adequar ao tempo e modo de trabalho do sistema capitalista é um marco da resistência à lógica de aprisionamento do modelo capitalista. (ANDRADE et al, 2013)

A concepção de homem socialmente construída na modernidade tem fundamento na racionalidade baseado no mecanicismo da causalidade e da previsibilidade emergindo o sujeito da razão e o louco como sujeito da desrazão. Esses contrapontos, segundo Torre e Amarante (2001) permitem compreender a loucura como um fenômeno social e assim trazer à luz o poder que as instituições, as práticas e os saberes da modernidade exercem sobre os sujeitos. A disciplina é um exercício de poder que imprime nos corpos dos sujeitos um processo de normatização na direção de uma maior produtividade, que garante o sucesso do sistema. Diante de tantas normas e deveres, família, trabalho, escola, religião o indivíduo é controlado pelas duas possibilidades de escolha ou se produz ou se é excluído do sistema, da sociedade.

No entanto, Engels (2004) afirmou que o trabalho é tão fundamental ao homem que podemos compreender o trabalho como criador do homem. Marx (1988) também entende que o trabalho é condição básica da existência humana, e por isso constitui uma categoria *a priori*, em que partindo do corpo o homem se movimenta a fim de se apropriar da matéria se utilizando dela como instrumento para facilitar a existência. Nesse processo o homem modifica a natureza, exterior a ele, e conseqüentemente modifica a própria natureza, se apropriando da matéria como ferramenta que possibilita o exercício da atividade.

O afastamento, designado como alienação, é o distanciamento que ocorre entre aquele que produz e aquilo que é produzido no trabalho, ou seja, o molde capitalista de trabalho se baseia na apropriação privada dos meios de produção, que são justamente a força de trabalho, que nesse plano é transformada em mercadoria. O trabalhador deixa de reconhecer o produto feito por suas próprias mãos para dar conta de uma linha de produção, que agiliza a finalização do produto e diminuindo o tempo gasto na montagem. Ao não enxergar a produção como um todo, mas só uma parte dela a

1 Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

atividade que ele exerce se distancia do produto e o transforma em algo estranho para quem o produz, e a diferença social entre aquele que produz e aquele que consome se alarga e fortalece o sistema capitalista. (KONDER, 2009)

À primeira vista o movimento de todos têm sido o de criticar e culpabilizar a economia padrão capitalista, que se baseia na acumulação individual de riquezas, seguida da privação de acesso a esse capital da maioria da população, justamente a trabalhadora. Salvo a factualidade dessa crítica e de todas as consequências geradoras dessa realidade opressora, como a desigualdade social vivenciada como miséria por muitos, temos um outro movimento surgindo, que é regido pelo apontamento das potencialidades mascaradas pela alienação e opressão do sistema capitalista. (QUINTELA, ARRUDA, 2000)

Essas novas possibilidades se fazem notadas a partir da compreensão de que somos gestores do nosso corpo, mente, casa e por consequência da nossa força de trabalho. Essa é a raiz da socioeconomia, a compreensão de que a economia não é o fim, mas sim que ela está a serviço da sociedade. A socioeconomia surge da valorização da diversidade e da complementaridade dentre os vários seres humanos, o princípio da cooperatividade e da solidariedade nas relações sociais. (QUINTELA, ARRUDA, 2000)

A economia solidária propõe que a construção de iniciativas econômicas marcadas pela associação entre os membros do projeto e, sobretudo pela ética da igualdade e fraternidade, permeando dentro do meio de produção a possibilidade da coexistência das diferenças, permitindo-se aceitar todas as dificuldades vividas por aqueles sujeitos que são excluídos do mercado de trabalho comum. (CRUZ, 2006)

Para Cruz (2006) o surgimento da economia solidária como um fenômeno que aparece meio a crise de desemprego para gerar trabalho e renda para quem não conseguia entrar no mercado de trabalho formal. Com isso, surgem um movimento que busca transcender a estrutura da sociedade atual, para assim, construir uma intenção social de que entre a economia, a cultura e a política exista a solidariedade como elemento ético fundante e operante dessas três escalas constitutivas da sociedade.

Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (Paul Singer, 2004, p.2)

A aproximação ideológica entre a política antimanicomial e a forma de organizar o trabalho

e produzir da economia solidária inspiram a reflexão de Andrade et al (2013) sobre as bases históricas ético políticas da reforma psiquiátrica. A subjetividade da loucura é marcada pela incapacidade, irracionalidade e exclusão e o caminho trilhado historicamente permitiu que o louco pudesse enxergar a si mesmo e ser visto como um sujeito autônomo, com direitos, participação política e capaz de construir projetos. E, é a partir dessa visão que a presente pesquisa aproximará a loucura do trabalho, pois os empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária têm como condição inicial a harmonização entre essas duas políticas públicas para conquistar sua cidadania e inserção social.

A luta social por uma sociedade sem manicômios tem em vista, na compreensão de Lobosque (2003), um reconhecimento ético político da pluralidade e das diferenças. Ético no sentido de um coletivo político que tenha sua voz legitimada e que seja capaz de abrigar a pluralidade de falas e lugares dos diferentes sujeitos com respeito, fortalecendo todos igualmente, utilizando os valores democráticos, solidários e justos. O Movimento da Luta Antimanicomial exige o respeito ao louco que tem a temporalidade e a lógica de compreensão dos fenômenos fora dos parâmetros normóticos, e que, portanto, não se enquadra na rapidez da produção do mercado de trabalho comum, que é capitalista.

Um exemplo de experiência exitosa que une a saúde mental com a economia solidária é o Projeto Tear tem como objetivo a inclusão social pelo trabalho para a população usuária da rede de saúde mental da cidade de Guarulhos. Esse projeto conta com sete oficinas de trabalho: Encadernação, Marcenaria, Mosaico, Papel Artesanal, Serigrafia, Tear & Costura e Vitral. Os participantes de cada área são em média quinze trabalhadores/artesãos, todos usuários da rede de atenção psicossocial, e dois oficinairos, que orientam o trabalho. (NETO et al, 2014)

O relato sobre os dez anos de existência do projeto traz a delimitação cotidiana sob a superação de um modelo de trabalho protegido e por isso marcam as diferenciações entre oficinas de trabalho e oficinas terapêuticas. É percebido pelos autores e também funcionários do Tear, Neto et al (2014), a transformação do lugar social visto pelos familiares e pela sociedade que os trabalhadores vivenciam ao relatarem a potência que o protagonismo mediante as oficinas de trabalho, reuniões, assembleias, fóruns, ações artístico culturais, feiras de artesanato e economia solidária proporcionam.

Nesse sentido, a proposta do Tear propõe aos artesãos a experiência de um trabalho coletivo em que são responsáveis por todo o processo de produção em um formato cooperativo e autogestionário, ampliando as suas possibilidades de trocas sociais e técnicas artesanais. (NETO et al, 2014)

A problemática que a presente pesquisa pretende estudar apresenta uma contribuição para a sociedade no que tange os direitos humanos das pessoas portadoras de sofrimento psíquico, a

produção de conhecimento científico em torno das práticas da rede de atenção psicossocial fortalece os princípios conquistados pela Luta Antimanicomial e direciona o desenvolvimento das práticas terapêuticas e de devolução da cidadania a pessoas que vivem em vulnerabilidade social. Na medida em que é proposto um estudo sobre a incubação de projetos de geração de trabalho e renda dos centros de atenção psicossocial da cidade de São Paulo como parte do projeto terapêutico da população que tem algum tipo de sofrimento psíquico abre-se espaço para discutir e aprimorar o formato em que o trabalho é inserido como parte do instrumento de reinserção social do sistema público.

O relatório da Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos após Caracas realizado em novembro de 2005 em Brasília coloca em pauta que a produção de conhecimento dentro da área da saúde mental no sistema público é ainda muito restrita e traz o valor da integração entre a dimensão política e as instituições produtoras de conhecimento científico. Diante desse cenário a presente pesquisa busca contribuir para o acúmulo de conhecimento e uma maior relevância da temática diante da ciência e da sociedade.

A contribuição dessa pesquisa acrescenta ao conhecimento científico discussões em torno das práticas da rede pública de atenção psicossocial. O recolhimento e comparação de dados científicos de empreendimentos solidários que estão e não estão ligados à Rede de Atenção Psicossocial relacionados ao funcionamento e desenvolvimento dos projetos acrescenta ao banco de buscas científicas da comunidade acadêmica, bem como, colabora com a melhoria e progresso dos equipamentos de saúde mental.

Para pesquisar essa questão será necessário considerar a lógica da construção de projetos de economia solidária dentro da temática da saúde mental, pensando quais são as especificidades deles quanto a incubação, formação, desenvolvimento e sucesso econômico. Muitas das experiências de projetos que nasceram em equipamentos da saúde mental estão presentes na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária que busca reunir os EES e refletir sobre as questões que circundam o cotidiano deles, bem como, planejar e colocar em prática espaços de comercialização e de formação. É também objetivo dessa pesquisa elaborar uma análise sobre os principais desafios e potencialidades vividos pelos empreendimentos econômicos solidários com usuários da Rede de Saúde Mental do Estado de São Paulo. Considerando que o contato desses projetos se depara na contramão do mercado de trabalho capitalista, o objetivo dessa análise é de categorizar os desafios que essa prática emprega e pensar resoluções que permitam aos empreendimentos solidários uma consolidação e um fortalecimento mercadológico.

Problema de Pesquisa e Objetivos

A história mostra que a lógica do sistema capitalista é adaptativa, com a lapidação do liberalismo em meados do século XIX, aqueles que tinham capital acumulado, terras e os meios de produção ditavam as regras do jogo e, aqueles que não os detinham vendiam o que lhes restava, a força de trabalho. Pode-se notar que não há escolha de participar ou não do jogo, para sobreviver é preciso entrar no jogo. Conforme a miséria, a exploração e as condições degradantes de trabalho avançavam a população exigia mais direitos e assim a lógica de usurpação do capitalismo aproveitou a oportunidade de explorar a força de trabalho daqueles que eram considerados não produtivos, desprovidos de capacidade para empregar-se em atividades mercadológicas – mulheres, negros, deficientes visuais/físicos/auditivos. Contudo, esses eram empregados com jornadas de trabalho mais extensas e salários menores para obter o máximo de mais-valia possível de retirar para valer a pena o esforço de aproveitá-los.

E, assim o capitalismo pôde valer-se de muitos, mas nunca conseguiu aproveitar o que ele nomeia como loucura. Em sua lógica o sistema produz o sofrimento psíquico, dentre os mais variados porquês, como, desvalorização da pessoa, a competitividade excessiva como fator motivacional, trabalho repetitivo, jornada de trabalho extensa, baixa remuneração, maximização e precarização do trabalho, tudo em prol de uma maior produção com menor custo para obter mais lucro para o detentor dos meios de produção.

Ao demandar cuidados para com sua saúde mental ele produz menos ou não produz e, portanto perde sua serventia (para o capital), no momento em que esse sujeito sofre, por conta dos abusos da lógica de produção, é caracterizado como “louco” e entra no campo da exclusão, perdendo o direito do exercício da cidadania. Para diminuir seu sofrimento busca se adequar à lógica que dita que somente os sujeitos produtivos podem obter esse direito, mas não consegue se submeter novamente às violações que lhe causaram dor. O sujeito se torna estigmatizado como “louco, portanto incapaz” fracassa em se adequar, o sofrimento aumenta, suas possibilidades de participação no mercado de trabalho e – sendo, na maioria, sujeitos em desvantagem social – seu percentual de consumo ficam minados. Contudo, todas as atuações sociais citadas acima ainda não são o que esse sujeito perde de mais fundamental, por não ser permitido de participar da sociedade, seu valor social cai em desuso quando a possibilidade de trocas sociais é viabilizada apenas pelo acúmulo de capital.

No entanto, todo ponto tem seu contraponto, e essa dissertação de mestrado pretende expor a resistência a exclusão do sistema capitalista, pois essa característica chama a atenção da pesquisa, na medida em que é pretendido abordar a produção de atividade humana – o trabalho – como caminho para a legitimação de sua identidade de cidadão diante da sociedade. O valor social, antes

negado, será produzido pela atividade a ser empregada como não violentadora a qual o sistema da economia solidária se propõe, a partir das alternativas de geração de trabalho e renda. Mais tarde, já participantes de empreendimentos econômicos solidários, podem refletir sobre o movimento de exclusão e sobre a resistência em continuar existindo utilizando um sistema paralelo como porta de saída da voz.

É a partir da interface da saúde mental com a produção via economia solidária que essa dissertação tentará compreender a dimensão subjetiva que é vivenciada nesses espaços de produção, para então contribuir sobre o formato de cuidado que visa a autonomia e independência que esses sujeitos podem obter ao caminhar pela dupla negativa do capitalismo. Faz parte dos objetivos dessa pesquisa entender como a economia solidária construída pelos usuários dos serviços de saúde mental, fora desses espaços de atenção à saúde, pode vir a ser um formato de superação do capitalismo. Para compor o problema de pesquisa norteador é proposta a reflexão sobre o tipo de cuidado que é possível partindo de um panorama de democracia direta, construção coletiva, justiça, equidade no trabalho, cooperatividade, solidariedade – pensando que essa ideia converge para o projeto de humanização do trabalho proposto pelo SUS.

Método

Para que esta pesquisa dê conta de discutir a complexidade do problema de pesquisa é importante contextualizar historicamente a construção social do trabalho no país, sendo seguida da constituição histórica, cultural e social do mercado de cooperativas e de projetos de economia solidária utilizando-se de autores que dialoguem com a perspectiva de Karl Marx, Friederich Engels, Luiz Inacio Gaiger, Paulo Marchiori Buss, Márcio Ponchman, Ladislau Dowbor e Paul Singer.

Na garantia de uma maior aproximação da temática é importante que os capítulos seguintes tenham como objetivo discutir a situação de desigualdade social e a função do trabalho como gerador de renda para os trabalhadores utilizando autores como Karl Marx, Friederich Engels, Lev Semenovich Vigotsky, Gyorgi Lukacs, Istyvan Meszàros, Eric Hobsbawn, Jessé de Souza, Bader Sawaia, José Moura Gonçalves Filho e Odair Furtado. Ao passo que o projeto de pesquisa está lidando com o tema da loucura, saúde mental é importante redigir um capítulo que fale sobre a luta antimanicomial e sobre o papel do cooperativismo nessa frente contra o modelo hospitalocêntrico, esse construção utilizará o pensamento de Franco Basaglia, Paulo Amarante, Franco Rotelli, Suely Rolnik e Nise da Silveira.

Lembrando que a concepção da pesquisa é baseada no materialismo histórico dialético, e a noção de subjetividade é concebida nessa perspectiva. A dimensão subjetiva é constituída através das experiências individuais e coletivas, a partir dos relacionamentos sociais, que são possibilitados pela objetividade material e histórica, e se caracteriza como um processo em fluxo, acontecendo a todo o momento. (BOCK, GONÇALVES, 2005) E, portanto, é necessário um levantamento bibliográfico de produções científicas que discutem a dimensão subjetiva da economia solidária e da loucura.

Paralelo à elaboração teórica é importante contatar as instituições que serviram de campo de pesquisa para abordar a temática. O Projeto Tear, a Ala Loucos pela X e o Bar Saci serão os espaços para captação de conteúdo de análise para embasar a hipótese levantada. A metodologia adotada será a partir da observação participativa, na qual a mestranda compor o cotidiano do empreendimento para entender seu funcionamento. Bogdan e Biklen (1994) colocam que para se familiarizar com o campo de trabalho e com o objeto de estudo é necessária uma aproximação à situação e aos sujeitos, sendo que para trabalhar com dados qualitativos é necessário que haja visitas para recolher o material com o qual a pesquisa trabalhará. Mais tarde com uma maior apropriação do campo de pesquisa será construído um roteiro básico de perguntas estímulo para dar sequência às entrevistas que servirão de aporte para a discussão final dessa dissertação de mestrado.

As entrevistas serão de caráter aberto, podendo ser individuais ou em grupo e o objetivo é

oferecer a oportunidade para os sujeitos da pesquisa de depor acerca da temática de forma mais aberta e confortável para que os entrevistados possam contar sua história individual de trabalho, bem como sua participação no coletivo de trabalhadores. O roteiro deverá contemplar além da história dos trabalhadores a história do empreendimento desde sua criação até o momento atual. O público-alvo serão trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária Bar Saci, Ala Loucos pela X e Projeto Tear.

Os cuidados éticos seguirão o formato imposto pelo regimento da Plataforma Brasil, cada participante será esclarecido sobre os objetivos, métodos, benefícios e possíveis intercorrências. Partindo dessa conscientização, se o sujeito for anuente com a sua participação, a pesquisa segue com o roteiro respeitando a singularidade de cada participante, assegurando o desejo de desistir de sua contribuição em qualquer momento. Será previsto dentre os procedimentos que não haverá exposição à estigmatização ou qualquer tipo de prejuízo físico, socioeconômico ou psicológico, protegendo a imagem e também respeito o sigilo dos sujeitos, já que o público-alvo se enquadra na população em vulnerabilidade social. É garantido o acesso aos resultados que poderão trazer benefícios aos participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M.C.; BURALI, M.A.M.; VIDA, A.; FRANSOZIO, M.B.B.; SANTOS, R.Z. *Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária*. Brasília: Psicologia; Ciência e Profissão, 33 (1), 2013.

BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M. Subjetividade: O sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: Gonzalez Rey, F. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Tompson, 2005.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego: Secretaria Nacional de Economia Solidária. Singer, P. *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Brasília, 2004.

CRUZ, A.C.M. *A diferença da igualdade: A dinâmica da economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL*. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, R. (org) *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

FURTADO, O; SVARTMAN, B.P. Trabalho e alienação. In: Bock, A.M.B.; Gonçalves, M.G.M. (orgs) *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortéz, 2009.

KONDER, L. *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LIMA, H. E. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Rio de Janeiro: Topoi, 6 (11): 289-326, 2005.

LOBOSQUE, A.M. *Caps: laços sociais*. Barbacena: Mental, 5 (8), 2007.

LÖWY, M. Barbárie e modernidade no século XX. In: Bensaid, D. & Löwy, M. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, pp. 46-56, 2000.

MARX, K. 1818-1883 – *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ – *O Capital: Crítica da economia política – Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETO, S.O.; ANTUNES, D.C.; SALGADO, E.S.Q.; BEZERRA, G.L.; SOUZA, J.C.; LABAKI, M.F. 10 anos de Projeto Tear. In: Pinho, K.L.R.; Pinho, L.P.; Lussi, I.A.O.; Machado, M.L.T. (orgs) *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

QUINTELA, S; ARRUDA, M. Economia a partir do coração. In: Singer, P.; Souza, A.R. (orgs) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

SILVA, A.T.M.C.; BARROS, S.; OLIVEIRA, M.A.F. *Políticas de saúde e de saúde mental no Brasil: a exclusão/inclusão social como intenção e gesto*. São Paulo: Revista Escola Enfermagem - USP 36.(1): 4-9; 2002.

SILVA, C.S.; BORGES, D.A.; GAVIDIA, E.J.S.; NIGRO, G.M.S.; FILHO, I.J.L.; GRACIA, L.J.C.; CARREIRO, L.F.; SILVA, M.J.; MARQUES, M.V.A.S.; CAMARA, T.B. A experiência do Carinho Feito à mão. In: Pinho, K.L.R.; Pinho, L.P.; Lussi, I.A.O.; Machado, M.L.T (orgs) *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

TORRE, E.H.G.; AMARANTE, P. *Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental*. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, 6 (1): 73-85, 2001.